

As bichas e os bofes na “crise do sistema penitenciário”

Vanessa Sander¹

“Desde o começo, as experiências das pessoas, de desejo e raiva, de memória e poder, comunidade e revolta são inflectidas e mediadas pelas instituições através das quais elas encontram seu significado – e que elas, por sua vez, transformam.”

(Anne McClintock)

A primeira ala específica para pessoas que se reconhecem como travestis e homossexuais em uma instituição penitenciária masculina foi instituída pelo governo do estado de Minas Gerais em 2009. A unidade em questão possui 754 vagas, mas, segundo dados da Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS), estima-se que ela abriga 1740 pessoas, dentre elas os 51² detentos e detentas que ocupam a “Ala LGBT”, “Ala gay” ou “Ala Rosa”, como o pavilhão 4 da penitenciária também é conhecido. A criação dessa ala específica foi promovida por uma iniciativa do Centro de Referência LGBT de Minas Gerais, em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual (CODS), após uma série de visitas técnicas às unidades prisionais do estado e de consulta das demandas do movimento organizado de travestis e transexuais³. Dentro de um ano, a ala tornou-se oficialmente uma política do governo estadual, de forma que qualquer pessoa presa que opte por firmar um documento declarando-se homossexual ou travesti no território mineiro é encaminhada para uma das duas unidades masculinas que

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, sob orientação de Guita Grin Debert. Agência de Fomento: Cnpq.

² Esse número me foi informado pela assistente social da prisão, nos primeiros meses de 2017. Obviamente essa quantia é bastante flutuante, e em minhas últimas idas a campo havia dobrado: cerca de 100 pessoas estavam detidas no Pavilhão 4. As justificativas dos gestores para esse aumento impressionante era sempre articulada a partir da retórica da “crise no sistema”, como será explorado mais adiante.

³ Após a implementação de alas específicas, em caráter experimental, nas unidades penitenciárias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e na Paraíba, a Resolução Federal Conjunta n. 1, de 15 de abril de 2014, oficializou a recomendação da criação de Alas para LGBTs nas prisões de todo país. Ver Lamounier (2018).

possuem alas. Uma outra forma de aceder a esses espaços é a assinatura de uma declaração de união estável com um de seus residentes.

Este trabalho parte de apontamentos etnográficos de minha pesquisa de doutorado, que tem como *locus* privilegiado uma dessas instituições: a Penitenciária Professor Jason Albergaria, localizada no município de São Joaquim de Bicas, região metropolitana de Belo Horizonte. Ainda que a Ala LGBT dessa unidade funcione com um nó central para as descrições e análises desenvolvidas, múltiplos fios que partem desse espaço conduzem a enredos e cenários diversos que revelam a multisituidade etnográfica que a investigação ganhou conforme foi se desenvolvendo: passando por audiências sobre segurança pública, debates dos movimentos LGBTs, eventos da Secretaria de Direitos Humanos, as *pistas* de prostituição, casas e pensões de travestis, o Cursinho Transvest⁴ e, finalmente, a prisão. Essa trama também revela muito sobre os caminhos que me levaram da pesquisa do mestrado⁵ para a do doutorado: a investigação em áreas de prostituição de travestis mostrou que o encarceramento se constituiu como parte frequente e corriqueira de suas trajetórias e cotidianos. O *entra-e-sai* ou o *pinga pinga*, eram expressões usadas por minhas interlocutoras para designar o trânsito frequente entre as *pistas*, delegacias e prisões. A partir desse contexto mais amplo de marginalização, é possível perceber as dinâmicas que envolvem *crime* e criminalização nos trânsitos de gênero e no exercício do trabalho sexual, que passam por atividades e mercados ilegais diversos: o tráfico de drogas, o agenciamento, a aplicação de silicone industrial e os roubos e furtos de clientes.

A partir da análise de algumas cenas e diálogos recolhidos em campo, pretende-se refletir sobre porque, como e desde onde ocorre esse disparador que faz com que as prisões e toda a malha institucional punitiva ganhem destaque dentro das demandas e pleitos dos movimentos trans; e que também faz com que essa população ganhe proeminência nas produções técnicas de determinados aparelhos de estado. Além disso, busco analisar as maneiras pelas quais esses discursos e práticas de estado operam nas

⁴ Transvest é o cursinho popular destinado a travestis e transexuais onde dou aulas de sociologia, e que conta com a participação importante de alunas egressas do sistema prisional. A minha entrada na unidade prisional foi, em grande medida, possibilitada graças a participação nessa organização, que além do projeto pedagógico de alfabetização e Pré-Enem, conta com aulas de idiomas, teatro, defesa pessoal, bem como oficinas realizadas dentro do presídio.

⁵ Durante a pesquisa de mestrado, fiz trabalho de campo uma área de prostituição de travestis na região norte de Belo Horizonte. A investigação estava focada nas relações intergeracionais estabelecidas no trabalho sexual, que tramam redes que envolvem, simultaneamente, agenciamento, *exploração*, cuidado e suporte social (Sander, 2015).

práticas conjugais e afetivas das travestis privadas de liberdade, configurando tramas institucionais complexas.

Segregar para proteger

“*Cheguei a sofrer 21 estupros em um dia. Peguei hepatite e sífilis*”. Essa declaração, atribuída à Vitória Rios, travesti egressa do Presídio de Vespasiano, tornou-se um artefato político importante para construir narrativas sobre a implementação das alas LGBTs. Presenciei tal frase ser repetida no discurso de ativistas trans, estampada em *Power Points* de funcionários do governo e impressa em reportagens de grandes jornais. Embora não exista uma estatística oficial, a Secretaria do Estado de Defesa Social afirma receber constantemente denúncias de abusos sexuais contra travestis e homossexuais apenados(as). Nesse sentido, os discursos e justificativas em torno da criação dessa política prisional de segregação socioespacial funciona através da rememoração e antecipação da violência sexual. A categoria violência mostra-se polissêmica através de seus usos jurídicos, militantes e administrativos, mas tanto secretários de estado quanto ativistas parecem concordar com uma necessidade de proteção imperativa.

Em entrevista para o portal de jornalismo EBC Notícias⁶, em setembro de 2013, o então subsecretário de administração prisional de Minas Gerais, Murilo Andrade, afirmou que a medida de implementação das alas, acusada de segregatória, possuía caráter de urgência e de prevenção da violência: “*A ideia é tirar essas pessoas do convívio dos presos, porque havia denúncias de maus tratos, além da necessidade de oferecer a elas um tratamento apropriado*”. Por sua vez, a então Coordenadora de Diversidade Sexual do Governo de Minas, Walkíria La Roche, defendeu que o problema era maior, tratando-se de uma questão de saúde, graças ao risco de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, aumentado pela recorrente violência sexual: “*É muito comum no nosso país que essas pessoas sejam usadas como moeda de troca nos presídios. Não há preocupação com a transmissão de DST. E como os homens, depois, recebem visita íntima, pode causar uma epidemia*”. É importante pontuar que o Estado frequentemente mobiliza discursos sobre o estupro nas prisões, vinculando-os à transmissão de DSTs e a “questões de saúde pública”. Além de evidenciar como

⁶ Ver notícia “Presídios estão adotando alas LGBT para reduzir casos de violência contra homossexuais”, do dia 23/09/2013, acessada em 19/09/2016. Disponível online em <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/presidios-estao-adoptando-alas-lgbt-para-reduzir-casosde-violencia-contr>

soropositividade e travestilidades compõem a rede semântica e a carga moral envolvida no modo como é pensada a transmissão do vírus do HIV, é possível perceber, conforme propõe Didier Fassin (2000), como a ideia de saúde pública se constitui através de arranjos discordados, se elaborando de modo cambiante entre a retórica e o pragmatismo.

Ainda que a construção de espaços específicos nos presídios tenha sido, de certa forma, chancelada por movimentos sociais de travestis e transexuais, os discursos da administração prisional sobre sua criação vão, em certos momentos, muito menos num sentido de garantia de direitos humanos do que numa vontade de gerir, num sentido foucaultiano, aquela população, que descrevem como causadora de desordem: corpos sexualizados que causam desejos incontrolláveis. Ao menos foi esse o tom que transpareceu nas falas dos administradores da instituição nos primeiros contatos de negociação da entrada em campo, onde questionaram-me sobre maneiras de colaborar com a gestão daqueles “corpos exagerados” e dos desejos que provocavam, enfatizando que precisavam “acalmar a situação caótica”.

Por outro lado, os diversos atores do Estado (funcionários de distintos escalões e instituições, dos agentes penitenciários aos secretários do governo) misturam a expressão da necessidade de gerir esses corpos junto a discursos públicos que denunciam os sofrimentos e as frequentes violências sofridas por travestis e homossexuais dentro das penitenciárias, especialmente os casos de violência sexual. Dessa forma, as travestis são colocadas em dois lugares aparentemente paradoxais: de pessoas promíscuas donas de corpos hipersexualizados que, em alguma medida, justificam as investidas violentas; ou de vítimas indefesas sem qualquer autonomia sob seus desejos. Contudo, nas duas visões, o desejo sexual dos demais presos figura como uma força incontrollável, muitas vezes sob a forma de um “instinto natural” sobre o qual os homens têm pouco ou nenhum controle, sobretudo em privação de liberdade. Assim, o isolamento espacial em áreas específicas emerge como a única solução capaz de conter impulsos sexuais incontrolláveis por corpos “exagerados” que os atacam. As alas são forjadas como a maneira mais eficaz de controlar relações entre masculinidades agressivas e feminilidades frágeis e, ao mesmo tempo, provocantes.

Nesse sentido, a gestão do contato sexual entre presos aparece, em certos momentos, como um mecanismo que separa um modelo ideal de masculinidade de uma

miríade de desviantes morais. O foco da sensibilidade administrativa oscila entre dois pontos: de um lado, em torno do sexo entre pessoas desigualmente investidas de poder (sobre o qual passa a pairar a sombra da violência presumida), e, de outro, em torno daqueles que parecem exercer pouco ou nenhum controle sobre seus próprios impulsos e paixões (Carrara, 2015). Assim, concepções de gênero e sexualidade informam saberes e práticas na perspectiva do Estado: a naturalização de um padrão masculino e heterossexual de punição e criação de espaços para “outros” que são marcados em termos de gênero e sexualidade (Lago & Zamboni, 2016).

Se durante alguns anos a implementação de alas LGBTs nos presídios de Minas Gerais foi propagandeada como política modelo – servindo inclusive de referência para a gestão penitenciária em todo país –, a situação atual dessa arquitetura institucional me foi apresentada por membros da Secretaria de Desenvolvimento Social como passando por um momento de desequilíbrio. A “situação caótica” a qual se referiam os administradores foi apontada como o reflexo de uma crise penitenciária mais ampla, que atinge todo o sistema carcerário brasileiro, e, ainda que em menor escala, chega também às cadeias mineiras e, conseqüentemente, às alas LGBTs - espaços antes descritos por sua relativa tranquilidade e “ambiente feminino”, como explicitam suas descascadas paredes rosadas. Para esses atores do Estado, a referenciada “crise penitenciária” (descrita pela crescente superlotação, infraestrutura precária, contingenciamento de recursos e pelo aumento dos conflitos entre facções criminosas e *gangs* no interior dos presídios) trouxe uma situação peculiar para a *ala rosa*: o acirramento dos conflitos internos na prisão fez com que um número cada vez maior de detentos passasse a se declarar homossexual ou assinasse uma declaração de relação estável com uma travesti para aceder às alas LGBTs. Dessa maneira, eles ficam separados do *convívio* dos demais presos, sem a necessidade de irem para o *seguro*, espaço conhecido pelo grande controle dos agentes institucionais. Além disso, as alas são frequentemente descritas como possuidoras de infraestrutura menos deficiente que o restante da prisão, com mais sanitários, colchões e chuveiros por pessoa, além de mais limpeza e não obrigatoriedade do uso do uniforme, o que é muitas vezes descrito retoricamente como “um privilégio”. O que tornaria estratégica a assinatura dos

documentos que promovem o acesso a essas celas, tendo em vista a crescente precarização e superlotação do sistema carcerário brasileiro⁷.

Assim, foi essa configuração que supostamente alterou o equilíbrio das alas, já que para os gestores penitenciários a estada desses “homens heterossexuais que se passam por gays ou que usam as travestis” aumentou os conflitos nesses espaços e trouxe a presença, antes diminuta, de drogas e armas. Além disso, os agentes penitenciários afirmavam constantemente que a presença ostensiva de determinados atributos e corpos masculinos haviam “*descaracterizado o projeto*”. É curioso notar que, embora fossem referidos pelos funcionários e membros das secretarias como *os héteros*, ao assumirem relações com travestis e homossexuais, esses detentos costumam perder o status ligado à masculinidade perante a “massa carcerária”, sendo, muitas vezes, considerados como *gays* e *veados*. Já entre as travestis, eles são chamados de *bofes* ou *mariconas*⁸, conforme acionamentos de desejo ou nomeações pejorativas. Conforme propõe Fábio Mallart (2014), vemos como as relações se redefinem o tempo todo nos embates e nas circunstâncias cotidianas da gestão tensa e conflituosa das penitenciárias, de tal modo que é o próprio universo institucional que se reordena nas suas práticas e nos seus agenciamentos internos, assumindo configurações distintas conforme se deslocam os jogos de poder que aí se processam. Dessa forma, é possível analisar a relação entre as dinâmicas de organização do espaço prisional e as formas de identificação e diferenciação entre presos em termos de gênero e sexualidade (Zamboni, 2017).

A superlotação das alas e os conflitos atribuídos à presença dos *héteros* criaram impasses para a administração penitenciária e geraram uma série de debates entre os diversos atores envolvidos. De início, a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) acordou que a solução mais simples seria retirar os *homens*⁹ das alas, de modo

⁷ Aqui é importante pontuar que, nos últimos meses, essa situação sofreu uma reviravolta: a ala começou a receber uma enorme quantidade de transferências e passou a ter lotação ainda maior que os demais pavilhões da unidade. Assim, as justificativas de busca por esses espaços se deslocaram das questões infraestruturais e centraram-se numa narrativa de querela entre administradores prisionais tentando se livrar de seus “presos problemáticos”.

⁸ Enquanto o termo *bofe* está ligado a masculinidade desejável, o termo *maricona* virou uma espécie de xingamento, de ofensa dirigida a certos tipos de homens: aqueles que até passariam por “homens de verdade” na vida pública, mas que na privacidade das práticas sexuais escapariam para o desprestigiado polo feminino. Na tentativa de se invisibilizarem e de negarem publicamente seus desejos, deslocam-se da zona moral da masculinidade: não têm coragem ou honra (Pelúcio, 2005).

⁹ Masculinidades e feminilidades são produzidas aqui em articulação e também em contraste, de modo que os *homens*, *bofes*, *héteros*, ou *homens de verdade* – os detentos da “massa carcerária” – são tidos como

que travestis e homossexuais tivessem preferência para ocupar as vagas disponíveis nesses espaços. A prioridade seria dada para as travestis, sob a justificativa de que são elas as mais “vulneráveis” e maiores vítimas de *transfobia* e violência sexual na prisão. Trata-se de um contexto discursivo em que gênero e sexualidade se entrecruzam com a noção de vulnerabilidade, encontrando articulações provisórias na construção de certos sujeitos enquanto vítimas merecedoras da proteção do Estado. Assim, o recurso discursivo à brutalidade atua na compleição identitária do próprio movimento LGBT, ao perfazer suas estratégias e pautas políticas (Efrem Filho, 2016), ao mesmo tempo em que atua também nos processos de materialização das políticas de Estado.

Rumores sobre essas possíveis transferências chegaram ao conhecimento das(os) integrantes da ala LGBT e não foram bem recebidos, gerando uma série de brigas e descontentamentos, conforme me foi descrito por Suzana, travesti que reside na ala há 3 anos.

“– Aqui estando lotado eles quiseram dar preferência pras trans, né? É ala das bichas, das gays, depois dos gays masculinos e depois do resto. E qual foi a solução que apresentaram pra nós? – ‘Vamos tirar os bofes’ [Risos]. Ai a casa caiu. As bichas ficaram loucas, todo mundo causando aqui dentro. E pronto! Deu briga entre elas de tanto babado que era. E briga de travesti é que nem briga de cachorro grande, não é bonito de ver não. Briga de faca e tudo teve. E uma ainda veio e cortou o cabelo da outra. Agora você imagina o que é cortar o cabelo de uma travesti. Você é mulher e com esse cabelão sabe o que um picumã¹⁰ representa pra gente. Ainda mais aqui dentro.”¹¹

Além disso, a priorização para alocação das travestis sob a retórica da proteção gerou uma série de dúvidas e obstáculos para os agentes institucionais, visto que os

masculinos em oposição ao grupo heterogêneo de *bichas, travestis, veados e mulheres de cadeia*, tidas como femininas.

¹⁰ *Picumã* significa cabelo. As travestis adotam uma série de termos vindos do ioruba-nagô, compondo um conjunto de expressões e gírias conhecidas como *bajubá* ou *pajubá*. O *bajubá* foi definido por elas como sendo um dialeto oriundo das ruas e dos espaços sagrados das religiões afro-brasileiras.

¹¹ Quando me despedi de Suzana, um agente de penitenciário que havia entreouvido nossa conversa me abordou em seguida e disse: “*Antes era a própria prisão que fazia isso. E agora são elas que cortam os cabelos umas das outras. Vai entender...*”. A fala do agente se refere a prática que era (e em muitas unidades ainda é) comum nas penitenciárias de raspar os cabelos das travestis no momento de seu ingresso, da mesma forma que fazem com os demais detentos. Somente a partir de discussões sobre as “necessidades específicas da população LGBT privada de liberdade” que esse costume passou a ser revisto. Também é preciso pontuar, como aponta o trabalho de Lago (2017), que a raspagem de cabelos também acontece como forma de ameaça nas discussões entre mulheres e seus maridos presos, configurando-se como prática possível de *cobrança* entre os (as) detentos (as).

detentos e detentas residentes nas alas – um grupo tão radicalmente heterogêneo – desafia classificações fáceis. Em especial no contexto prisional, é importante notar que as diferenças de gênero são frequentemente pensadas em termos de sexualidade e vice-versa (Lago & Zamboni, 2016). Os termos usados por Suzana já evidenciam: *travestis*, *bichas*, *gays* não são categorias identitárias fechadas e simples de distinguir, mas fazem parte de enunciados contingentes, relacionais e não necessariamente mutuamente excludentes, situados no contexto prisional. Nesse cenário, a separação completa entre identidade de gênero e orientação sexual não parece fazer muito sentido e as dinâmicas de identificação giram em torno, principalmente, da valorização de certas noções de feminilidade e corporalidades específicas, ainda que não se esgotem em enunciados de gênero e sexualidade.

Os *maridos* das travestis eram os personagens mais polêmicos para os atores do estado: tipicamente viris, eram por vezes classificados como *heterossexuais*, possíveis fraudes na política das alas. Mas logo surgiam os questionamentos dessa heterossexualidade, visto que se relacionavam com travestis, cuja feminilidade era considerada precária, e o embaralhamento e a confusão persistiam. Em mais de uma ocasião, fui abordada pelos próprios *maridos*, que se mostravam confusos diante da necessidade de designação identitária para acessar direitos. “-Então o que eu sou? Homossexual masculino? Bissexual?”. Passei algumas semanas em campo curiosa com o uso corrente das categorias *homossexual feminino* e *homossexual masculino*, agenciadas amplamente por detentos e detentas quando conversávamos. Posteriormente, descobri que esses eram os únicos termos de identificação possíveis no documento oficial que precisa ser firmado para admissão na Ala LGBT. Por isso, as travestis e seus *maridos* frequentemente se reconheciam assim quando falavam sobre as possibilidades de acesso àqueles espaços, mostrando que identidade de gênero e orientação sexual eram categorias misturadas não apenas para os próprios presos, mas também para os papéis da administração penitenciária, pouco atenta à gramática com que os movimentos sociais e mesmo outros setores do governo abordam as temáticas LGBTs.

Nessa perspectiva, as travestis eram primeiramente identificadas pelos gestores entre aquelas pessoas com os corpos mais *transformados*: silicone industrial, próteses, cabelos compridos, hormonização avançada. Determinadas corporalidades eram tomadas como preferencialmente violáveis, como se quanto mais evidentes e voluptuosas fossem

as formas femininas, mais elas atrairiam os desejos incontroláveis dos homens. No entanto, uma série de presas e presos com corpos sem tantas intervenções, mas visivelmente femininos ou andróginos pleiteavam a necessidade de serem mantidos nas alas, fazendo uso estratégico da retórica da necessidade de refúgio espacial contra a violência sexual. Outros detentos que se identificavam como homossexuais e possuíam corpos e performances vistas como masculinas também expressavam a preocupação de serem preteridos na reorganização do espaço e considerados menos urgentes de proteção “*simplesmente por não terem peito*”. Nesse manejo de identidades possíveis, entre corpos identificáveis e imensuráveis (Padovani, 2011), vemos como eixos de classificação sempre circunstanciais, contextuais e relacionais são produzidos, objetivados e cristalizados na produção governamental de políticas direcionadas para determinados sujeitos (Aguião, 2014).

Para solucionar as controversas geradas pelo possível rearranjo da ala LGBT, a Coordenadoria de Diversidade Sexual da Secretaria de Direitos Humanos foi acionada pela administração penal. Seus membros realizaram algumas visitas técnicas nas unidades penitenciárias, das quais trouxeram uma lógica organizada em torno de identidades políticas afinadas com os direitos humanos e os movimentos sociais. Assim sendo, cogitaram a possibilidade de transferir as presas travestis e transexuais para os presídios femininos, alegando que essa decisão concordaria com suas identidades de gênero. Ou seja, se identificam-se com o feminino deveriam ser enviadas para as penitenciárias femininas, onde inclusive estariam, supostamente, a salvo da violência sexual. Entretanto, tal possibilidade foi recebida pelas integrantes da ala com um sonoro “*Deus me livre!*”¹².

As tramas institucionais parecem cada vez mais complexas: as alas progressivamente lotadas tornam-se estratégia de fuga dos presos dos conflitos e das dificuldades do *convívio*. E a *subida* dos *héteros* para esses espaços é automaticamente associada ao aumento da presença ostensiva do *crime*¹³, através do tráfico de drogas e de

¹² Como será discutido mais adiante, a reação de recusa diante da promessa de transferência para as prisões femininas tem a ver com a perda das possibilidades afetivas e sexuais vivenciadas junto aos detentos dos presídios masculinos. Além disso, muitas das travestis afirmam que as unidades femininas seriam ambientes igualmente hostis.

¹³ Conforme proposto por Gabriel Feltran, a expressão “mundo do crime”, ou simplesmente “o crime”, é tomada aqui em sua acepção nativa. Designando o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, no âmbito local, em torno da prática de atividades ilícitas.

conflitos violentos. Seus atributos de masculinidade são sempre vinculados à agressividade e “descaracterização” do espaço. Ao passo que, se antes o ambiente das alas era descrito como relativamente organizado e calmo, articulado a certa domesticidade atribuída ao feminino, ele passou a ser considerado uma “bomba relógio”, prestes a explodir a qualquer momento. E as soluções imaginadas pelos agentes institucionais – fossem eles representantes da Segurança Pública ou dos Direitos Humanos – geravam disputas e mobilizavam argumentos discordantes entre as partes do Estado. Enquanto os últimos tentavam entender qual seria o espaço mais adequado para o encarceramento LGBT, seguindo noções cristalizadas de identidade de gênero e orientação sexual, os primeiros reclamavam da impossibilidade de provar a “opção sexual” dos detentos que solicitavam abrigo nas alas. Esse desejo de descobrir uma suposta “verdade” da identidade sexual expressa a preocupação com o resguardo das “alas gays” como aparato de proteção contra a violência sexual. Por isso, a inibição de fraudes que possam fragilizar esse instrumento, considerado fundamental para a garantia de “integridade física” de certos sujeitos, acaba por produzir presos LGBTs legítimos (e de proteção mais ou menos urgente) e delinear um conjunto de pessoas que não se enquadram nas possibilidades precárias de salvaguarda oferecidas pelas prisões (França, 2017).

A noção de tramas institucionais (Gregori & Silva, 2000; Rui, 2014) aqui empregada se refere justamente a essas incompreensões mútuas e desencontros cotidianos da prática dos agentes de Estado e ao campo de forças que esses atores compõem; pautado por disputas por recursos, poder e legitimidade. Por isso, não é raro que soluções mais efetivas se mostrem muito difíceis de serem alcançadas. Dessa forma, é possível pensar o funcionamento da prisão, e também do próprio Estado, através do sentido processual, performático e figurativo da administração pública (Souza Lima, 2002): analisando como certos direitos corporificam certas identidades (e vice-versa) e evidenciando as compreensões imiscuídas em rotinas administrativas de governo. Além disso, vemos como as tensões, descontentamentos e “brigas de faca” acontecidas no interior das alas, que despontaram antes mesmo que qualquer medida institucional de reorganização fosse efetivada, mostram a importância de observar essas “sensações de crise” enquanto uma criação que gera pânico, sugere comparações entre os grupos e

manipulação dos rumores, operando como componente fulcral na reelaboração das narrativas sobre sujeitos, espaços e eventos (Das, 2004).

Travesti na cadeia é sereia: a prisão como possibilidade

“São sedutoras as vozes da noite: também assim cantavam as Sereias... Não fora de justiça para com elas atribuir-lhes o deliberado propósito de seduzir: elas sabiam que possuíam garras e nenhum seio fértil, e disso lamentavam-se em altas vozes - mas não tinham culpa de soarem tão belos os lamentos.” (Franz Kafka)

Visto que muito da minha aproximação com o tema das travestis em privação de liberdade veio, num primeiro momento, por meio dos discursos do Estado e dos movimentos sociais sobre a implementação das Alas LGBTs nos presídios, esperava que as narrativas de minhas interlocutoras fossem também centradas no sofrimento e na violência. Sobretudo a violência sexual. Para minha surpresa, o assunto para o qual davam destaque e falavam com mais vontade eram os relacionamentos, afetos e *casamentos* experienciados no interior das instituições prisionais. Afetos e relacionamentos vividos em meio ao sofrimento e às violências da experiência do encarceramento.

Iara está sentada em um tapete de pano no canto do pátio, enquanto eu seguro em sua frente um pequeno espelho de moldura laranja. Ela pinça freneticamente as sobrancelhas arqueadas enquanto me conta sobre o longo processo de barganha que teve de enfrentar para conseguir manter aquele espelho na cela, devido a severa restrição de posse de objetos cortantes que se instaurou depois que uma travesti tentou se cortar com uma gilete. Encostada na parede oposta, Janaína lê a bíblia compenetrada. Há apenas dois meses na prisão, Iara relatava com desinibição sua experiência

Iara: – Eu vou falar uma coisa pra você: a prisão é um lugar horrível. Isso é o óbvio. Mas quando eu cheguei naquela cela na delegacia e me vi ali com vinte homens, todos me olhando, eu confesso pra você que fiquei poderosa. Me achando, me sentindo [Risos]. Na hora de dormir até deu um pouco de medo, mas eles todos me respeitaram. Mexeram comigo, mas não encostaram um dedo em mim. Aqui não, comigo não, meu amor. Que eu não permito. Depois me mandaram pra cá pra penitenciária, e nas alas é diferente, porque as bichas circulam pouco. Eu porque trabalho fora. Mas ainda assim dá pra se arranjar. Janaína mesmo já casou. É igual uma amiga minha falava: travesti na cadeia é sereia, não é Janaína?

Janaína: – É verdade! Aqui travesti é sereia! E olha que é difícil se manter feminina aqui. Pra isso precisa de recurso, você sabe.

Pesquisadora: – Como assim sereia?

Iara: – Sabe aquela coisa dos marinheiros que ficavam todos juntos? Só homem, aquele tanto de homem dias e dias no navio. E daí eles viam as sereias no mar e elas eram a fantasia deles... Aqui é igual! Imagina esse tanto de homem amontoado, uns ficam anos sem encostar numa mulher. E eles veem a gente... Com peito, bunda e cabelo. Então desejam mesmo. Que nem com as sereias, independente do que tem da cintura pra baixo. É por isso que eu consigo me virar aqui. Porque uma coisa que você tem que falar aí na sua pesquisa é que tem muita travesti que não recebe visita. Chega dia de visita aqui é só as moscas pra mim. Eu não tenho família. Janaína tem, mas a dela custa a vir. Pra eles não. Vêm as mulheres que saem de onde Judas perdeu as botas trazer aquê¹⁴ e comida pros bofes. Então pra mim fica bom assim, porque eu faço um agradinho e eles fortalecem.

Desde a minha primeira visita à unidade penitenciária, minhas interlocutoras entusiasmaram-se ao falar das possibilidades sexuais e afetivas vivenciadas dentro da prisão, muitas vezes tratando-as como mais igualitárias, vantajosas e mais interessantes que as estabelecidas no *fora*. Neste cenário, altamente marcado por designações de lugares e práticas tidas como masculinas ou femininas, elas descrevem como são rotineiramente levadas a ocupar posições de prazer e perigo (Vance, 1984). No sistema prisional – estruturado por hierarquias generificadas e sexualizadas – seus corpos podem ser tanto o alvo preferencial da violência quanto do afeto e do desejo. É comum que a cadeia seja caracterizada por elas, simultaneamente, como “paraíso” e “inferno” graças ao mesmo motivo: estarem confinadas junto a centenas de homens.

Iara celebra sentir-se desejada em meio aos detentos e afirma que, apesar de alguns “comentários desrespeitosos”, os olhares que recebe encorajam sua autoestima. Além disso, sua fala pontua um aspecto importante sobre a arquitetura das alas: elas restringem consideravelmente a interação das travestis e homossexuais com o restante da “massa carcerária”, estando o *convívio* possibilitado apenas para aquelas que, como Iara, ocupam um dos escassos postos de trabalho disponíveis na instituição. Dessa forma, as possibilidades de construir e oficializar um relacionamento afetivo e/ou sexual ficam limitadas a certos espaços e ao constante trânsito dos *héteros* para a ala. Se para os

14 *Aquê* significa dinheiro.

movimentos sociais e para os atores do Estado as alas eram produzidas através de uma retórica de proteção, os discursos das pessoas que vivem nesses espaços falam muito mais em restrições e limites. Esse cenário altera consideravelmente as dinâmicas da economia prisional, onde o sustento material e afetivo pode se fazer mediante trocas sexuais, como discutirei mais adiante. Altera também a relação com a administração da unidade, que constantemente coloca a própria existência e funcionalidade do pavilhão anexo em questão, trazendo a possibilidade de seu fim como forma de barganha por “bom comportamento” de seus integrantes.

Por outro lado, a frase de Janaína sobre a dificuldade de manter-se feminina com poucos recursos revela um aspecto que é tematizado por elas constantemente: a necessidade de construir e preservar um corpo feminino em um contexto com códigos próprios e limitações particulares em relação ao trânsito de gênero. A impossibilidade de acesso aos hormônios¹⁵, o uso controlado de vestimentas, a precariedade dos serviços de saúde para lidar com os problemas decorrentes do uso de silicone industrial são reclamações frequentes. Em contrapartida, diante desses problemas emergem práticas de embelezamento inventivas, improvisações com materiais improváveis e expressões criativas de feminilidade: a cueca re-costurada como *top*, o corretivo de caderno que vira esmalte, o tempero que se converte em *blush*, o tecido que é amarrado como turbante e a pinça que se torna a “melhor amiga no trato com os pelos”.

Iara metaforiza a figura da sereia como forma de explicitar desejos formados em uma suposta escassez de opções. Como se o confinamento e a concentração de homens em um espaço restrito possibilitassem o florescimento de uma sexualidade intensa e exuberante (Zamboni, 2017). Nessa perspectiva, os homens encontrariam nas travestis o feminino do qual sentem falta, frente a impossibilidade de conviver com “mulheres de verdade”. Como declara Rebeca, egressa de duas instituições penitenciárias do estado de São Paulo: “*como não tem amapô*¹⁶, nós, as poucas bichas lá dentro, viramos Gisele Bunchen. Porque somos o que tem disponível ali, não se iluda”

15 Embora a hormonização seja uma parte importante do fazer-se travesti, e ainda que a manutenção dos tratamentos hormonais esteja garantida por Resolução da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, é muito raro que as unidades penitenciárias permitam a entrada desses medicamentos para travestis e transexuais.

16 Significa mulher.

Conheci Rebeca e sua *filha*, Dandara, durante o trabalho de campo realizado no mestrado, que partiu das *pistas* de prostituição de travestis¹⁷. Esses territórios congregam diversas práticas e mercados ilegais em seus cotidianos, que ajudam a configurar o seu ordenamento. Por isso, trânsitos entre as *pistas* e as prisões são movimentos comuns e sobre os quais conversávamos muito, visto que ambas já haviam passado por experiências de encarceramento, ainda que em momentos e instituições muito diferentes. Nessas conversas, os *casos* e *casamentos* vividos na prisão também se destacavam em seus relatos. Dandara, inclusive, “arrumou um marido” durante o período de detenção, a quem visita semanalmente.

– *É interessante lá dentro porque entre os detentos acho que existe menos preconceito e discriminação pra relacionar com a gente, sabe? Porque eles mesmos passam por isso na sociedade por serem presidiários. Acho que isso faz eles entenderem mais a gente. São mais sinceros, não iludem, se jogam realmente na relação e te veem como ser humano. Muitos dos homens que aqui fora poderiam ter preconceito, lá dentro mantêm caso com a gente, ficam apaixonados e tudo. Até as bichas mais feias e judiadas arrumam marido lá. Por isso que eu vou visitar o meu quase toda semana, sempre que dá eu vou.*

A partir das narrativas de Iara, Janaína, Rebeca e Dandara, podemos pensar a prisão, como propõe Natália Padovani (2015), como um espaço produtivo de relações, considerando como os vínculos tecidos a partir da experiência prisional modificam as trajetórias de vida das pessoas que tramam redes de conjugalidade e afeto durante a privação de liberdade. Nesse sentido, a prisão torna-se não apenas mediadora das relações, mas impulsionadora. Pode ser curioso pensar sobre como a grande maioria dos trabalhos produzidos a partir de prisões masculinas fala pouco sobre as redes de afetos que atravessam o convívio nas instituições penais, e a proposição de focar-se nos amores, casos e afetividades parta justamente das experiências das travestis, que corporificam e vivenciam o que é tido como tipicamente feminino nesses espaços (Boldrin, 2014).

Ao falarem das experiências de conjugalidade e das relações sexuais/amorosas vividas nas prisões, Rebeca e Dandara rapidamente concordaram em um aspecto: como a privação de liberdade era um momento privilegiado para viver essas relações, para

17 Durante a convivência na *pista* e nos espaços domésticos, observei uma coisa que parece fundamental nas experiências das travestis: o aprendizado com as outras sobre como *se montar* e buscar a feminilização que caracteriza a *transição*. Esse aprendizado envolve relações intergeracionais íntimas que acabam, muitas vezes, por ganhar o status de relações de parentesco eletivas: relações entre *mães* e *filhas* (Sander, 2015)

“arrumar um marido”, principalmente, em comparação com suas experiências no *fora*. Em suas falas, o aspecto produtivo dos vínculos tecidos na prisão relacionava-se intimamente com a *rua*, ainda que em forma de contraste. Dandara afirmou que por ser travesti, negra e prostituta, estava acostumada a enfrentar um amplo processo de “objetificação” que atravessa e entrelaça esses três marcadores: os homens com quem se relaciona comumente supõem que ela está sempre disponível para o sexo. E só para isso, já que se essas características a tornam atraente sexualmente, elas também a fazem ser triplamente preterida para as relações públicas e monogâmicas. Estando muito consciente das densas e tensas articulações entre desejos e hierarquias sociais, ela defendeu que, fora da prisão, ser travesti, negra e prostituta a coloca em uma situação assimétrica perante os homens com os quais gostaria de se relacionar: ela sente que está sempre entre a atração objetificante ou a aversão e a possibilidade de rechaço e violência. (Sander, 2015; 2016). Em contrapartida, dentro das prisões, os homens estariam mais aptos a enfrentar essas diferenças, visto que, para ela, ao viverem na pele o estigma gerado pelo encarceramento eles se mostravam mais abertos e as relações pareciam menos hierárquicas. Para Dandara, as desigualdades os aproximavam.

Por outro lado, Rebeca acreditava que a narrativa de Dandara era demasiado romantizada, “muito Alice”. Ela insistiu em mostrar como as relações dos homens com as travestis, no *dentro* ou no *fora*, estão sempre atravessadas por *interesse*. Essa categoria revelou-se central para falar sobre os relacionamentos sexuais e afetivos vividos na prisão e também na *rua*. Para Rebeca, os homens raramente se apaixonam por uma travesti, de maneira que o caminho mais direto para o coração deles seria pavimentado por dinheiro e bens materiais. No entanto, esse fluxo unidirecional de bens –é mais possível nas *pistas*, onde conseguem renda suficiente para *bancar* a si mesmas e aos *maridos*. Para ela, na cadeia, a configuração é outra: sem grandes possibilidades de ser provedora – situação comum no *fora* – o *interesse* dos homens ao assumirem um relacionamento com ela aconteceria para tirar proveito de suas práticas de cuidado e tarefas domésticas (“*Eles querem a gente de dona de casa. Ou melhor, eles querem a gente de escrava pra ficar na mamata*”). De fato, é comum que as travestis assumam as funções de manutenção e limpeza das celas, lavem roupas e cozinhem diariamente para os *maridos*. Assim, é usual que aos *homens* caiba o sustento e a proteção, enquanto as travestis são orientadas para o cuidado e para as tarefas domésticas. Porém, ainda que as

relações de afeto, conjugalidades e amor apareçam inseridas em um circuito ou uma espécie de *script* atravessado por eixos de diferenciação, tais como gênero e raça, essa configuração limita mas não determina as possibilidades dos vínculos a serem produzidos. As normas de conduta e representações não parecem estáveis ou absolutas, mas estão em um jogo de disputas marcado por múltiplas perspectivas e contínuos deslocamentos¹⁸.

As percepções de Dandara e Rebeca mostram a ambiguidade presente nos regimes afetivos que envolvem gênero, cuidado, intimidade e trabalho doméstico (Manalansan, 2010). Nesse sentido, embora as tarefas de cuidado possam ser descritas pelas travestis como atividades atraentes, por estarem associadas à possibilidade de performatizar o que é tido como feminino, essas práticas também envolvem disposições corporais e emocionais contraditórias: ao mesmo tempo que demonstram desafeição e insatisfação, elas também afirmam orgulho de suportar a feminilizadora rotina do trabalho doméstico. Fica evidente como as relações de cuidado, afeto, interdependência e os fluxos de pessoas, bens e signos através dos muros da prisão estão fortemente marcados por padrões de gênero e sexualidade. Como argumenta Henrietta Moore (2000), pensar nessas práticas e investimentos não se trata apenas de reconhecer que são uma questão de satisfação emocional, mas de benefícios materiais, sociais e econômicos muito reais que são a retribuição de certas atividades fortemente generificadas. É por esta razão que modos de subjetividade e questões de identidade estão ligadas a questões de poder e aos benefícios materiais que podem ser uma consequência do exercício desse poder (p. 37). A autora insiste no uso do termo “fantasias de poder” pois a noção de fantasia enfatiza a natureza muitas vezes afetiva e subconsciente do investimento em várias posições de sujeito e nas estratégias sociais necessárias para manter esse investimento.

Retomo ainda o relato de Iara, que fala sobre as relações com os *bofes* como possibilidade de “se virar” na prisão (“*eu faço um agradinho e eles fortalecem*”). Para ela, a necessidade de fazer um “agradinho” está diretamente vinculada ao “abandono” familiar que vivencia na penitenciária: é raro que ela e sua amiga recebam visitas. A

¹⁸ Além disso, é importante pontuar que alguns agentes institucionais também mobilizaram a categoria *interesse* para falar sobre os relacionamentos entre travestis e *héteros*. Nesse caso, porém, os *homens* seriam interesseiros porque, supostamente, se relacionam com as travestis apenas para obter acesso às alas e desfrutar de suas “regalias”.

ausência de visitantes é atribuída a uma sobreposição de estigmas: se tornar-se travesti já engendra rupturas nas relações familiares, tornar-se presidiária termina por interrompê-las. Em contrapartida, grande parte dos *homens* parece ter uma malha de apoio consolidada no *fora*, principalmente, graças as suas mães e esposas, que atuam intimamente na economia da prisão através das visitas e das mercadorias que trazem. É por intermédio de suas mãos que chega o *jumbo*, ou o *kit*, como são chamadas as sacolas com produtos de higiene pessoal, cigarros e alimentos, que complementam os precários bens materiais fornecidos pela instituição prisional.

A redistribuição desses apreciados recursos vindos do *fora* opera através de um mercado informal complexo. Nessa dinâmica, as travestis comumente se envolvem em trocas de bens e benefícios por favores sexuais. Essas relações recebem diversas nomenclaturas e acionam diferentes sujeitos que constituem vínculos: *caso*, *ajuda*, *servicinho*, prostituição, *vício*¹⁹ (Passamani, 2016). Tais vínculos não foram caracterizados por elas como mobilizadores de *interesse*, mas como “forma de sobreviver”. Como argumenta Adriana Piscitelli (2011), no marco de relacionamentos sexuais e afetivos, a *ajuda* é frequentemente trocada por sexo, não necessariamente dissociado de afeto. Essas relações, para minhas interlocutoras, não eram necessariamente vistas como prostituição. Algumas delas as viam como *programas*, parecidos com o que já faziam na *pista*, outras como formas de “ganhar um agrado”, um “fortalecimento”, ou mesmo de construir um *casamento*.

O reconhecimento enquanto trabalho sexual parece ter a ver com as conexões afetivas prévias entre os envolvidos e com o que se ganha em troca dos favores sexuais: quando recebem em dinheiro, por exemplo, é mais comum que falem em prostituição. Assim, se o programa evoca um contrato de serviços, a *ajuda*, situada em uma dinâmica de intercâmbios hierárquicos, remete a noções de amparo, cuidado e afeto que se expressam em termos de contribuição para a sobrevivência econômica. Portanto, é comum que vínculos mediados por diferentes níveis de *ajuda* tornem-se *casamentos* e os *bofes* tornem-se *maridos* a partir dessas trocas.

19 O termo *vício* ou “fazer um vício”, muito usado na *pista*, se refere a fazer sexo sem cobrar nada. Nas áreas de prostituição, o *vício* é geralmente visto como uma prática depreciativa, já que uma travesti *viciosa* é alguém que não sabe separar trabalho de afeto e desejo. Supostamente, a *viciosa* atrapalha os negócios de todas que estão próximas dela, porque sai de graça com homens desconhecidos e os deixa mal acostumados. No contexto prisional, o *vício* aparece como designação de relacionamentos fugazes, motivados apenas pelo prazer.

“Aqui não tem estupro”: disputas e debates em torno da violência sexual

Após ouvir minhas interlocutoras entusiasmadas, discorrendo sobre as possibilidades sexuais e afetivas vivenciadas dentro da prisão, esse cenário me intrigou. Eu me perguntava: onde fica toda aquela violência sexual sobre a qual eu ouvi falar? Quando fazia questionamentos sobre os estupros e a criação das alas, elas me respondiam: “*aqui não tem isso*”. Quando eu conversava com os agentes sobre o assunto, eles também eram enfáticos: “*cadeia não tem mais isso*”. O “*mais isso*” sugere mudanças num lastro temporal que nenhum deles sabia precisar: dizia respeito a mudanças na administração prisional, mas, principalmente, no código de conduta das cadeias. Um deles chegou, inclusive, a falar em *proceder*, embora confirmem sem hesitar que “*em Minas não tem isso de PCC*”.

Por outro lado, quando conversei com membros da Secretaria de Direitos Humanos sobre o assunto, eles arriscaram outra hipótese para a “ausência” da violência sexual: “*elas estão tão vulneráveis que não sabem que certas coisas são estupro*”. No misto de narrativas que eu ouvia frente a um contexto tão complexo, todas as afirmativas pareciam fazer algum sentido. A violência sexual aparecia de forma muito mais discreta do que o esperado nas falas de minhas interlocutoras, mas estavam ali: figuravam como pano de fundo difuso, parte um pouco naturalizada da experiência, momentos pontuais que se diluíam no decorrer de narrativas românticas ou pertencentes a um passado que já não existe na prisão. E mais que isso: em diversos momentos, as narrativas de violência envolviam mais os agentes de segurança do que os presos com quem compartilhavam o pavilhão.

Os discursos dos movimentos sociais e de certos agentes de estado que falavam repetidamente sobre os estupros nas prisões recorriam a uma economia particular de sensibilidade e busca por justiça, em que terminavam defendendo a segregação espacial como medida protetiva. Pensando com o trabalho de Larissa Nadai (2012), tais discursos mobilizam grande comoção pública ao mesmo tempo que produzem diferentes inteligibilidades acerca da violência sexual. Assim, essas narrativas fazem emergir uma série de composições morais sobre o perfil dos personagens envolvidos: as travestis podem ser promíscuas e provocantes e, simultaneamente, vítimas absolutas que não sabem identificar o abuso ou são incapazes de consentir. Ao passo que os homens

figuram como uma *massa carcerária* de “instintos” e desejos incontroláveis. Essas categorizações nunca são contraditórias, ao contrário, são por onde se fazem os processos de gestão dos corpos perigosos/vulneráveis. A caracterização dessas masculinidades é feita desde atributos de crime e perigo, não por acaso atributos de masculinidade socialmente articulados a sujeitos presos categorizados como pobres, negros, violentos e agressivos: uma virilidade “monstruosa” e racializada (Padovani, 2017). Enquanto isso, a construção de uma imagem da Ala como um espaço pioneiro de garantia de direitos e até mesmo de concessão de “regalias” invisibiliza as violências perpetradas por parte da própria instituição.

Ontem o Transvest organizou uma celebração para o Dia da Visibilidade Trans na Ala. As meninas pediram muito por maquiagem na última vez em que estive lá, antes do natal. Por isso, fizemos uma chamada de doações pelo Facebook. Quando busquei as doações, dois dias antes, uma moça me entregou uma caixa cheia de batons e disse “*Essa é pras trans*”. Me passou outra caixa cheia de absorventes e perguntou: “*Essa você pode doar pro feminino?*”.

Há mais ou menos dois meses um pavilhão de mulheres foi inaugurado no presídio, e ela pediu que eu aproveitasse a viagem pra entregar a caixa de absorventes na unidade. Lembrei imediatamente das provocações de Natália Padovani e tive que perguntar: “*elas estão precisando de absorventes lá?*”. Ao que ela respondeu: “*ah, devem estar. Li na internet que até miolo de pão elas usam na falta de absorvente, sabia?*”. Eu apenas agradei e saí me equilibrando com as caixas nas mãos.

Quando cheguei no presídio entreguei as caixas com as doações para a assistente social responsável pela ala. Ao me verem fazer isso, algumas das presas vieram perguntar o que nós conseguimos arrecadar. Elas estavam especialmente interessadas em batons vermelhos e chapinhas para o cabelo. Conseguimos! Suzana e Mandy saíram felizes. Depois que elas se afastaram, Britney se aproximou. Ela está em Bicas há 2 anos. Britney perguntou se conseguimos doações de absorvente, porque ela estava precisando. Na hora respondi no automático “*Nas doações pro pavilhão 4 não tem absorvente*”.

Apenas alguns minutos depois, com as mãos desocupadas, eu me perguntei: “*porque uma travesti estava pedindo absorvente?*”.

Cheguei perto dela e perguntei. Ela me contou, com uma naturalidade espantosa, que havia sido estuprada alguns dias antes. Pelo *bofe* com quem estava tendo um caso. Agora não me lembro se ela chegou a usar a palavra estupro. Só me recordo dela, de cabeça baixa, dizendo “*Ele me forçou e agora eu estou com um sangramento que está sujando tudo. Pessoal da cela não para de me zoar da sujeira*”. Britney disse pra eu não me preocupar, porque o cara já tinha sido expulso do pavilhão e não havia nada mais a ser feito. Ela insistiu que não formalizássemos nenhum tipo de denúncia e afirmou que já estava bem, quase boa, só não queria manchar as poucas calcinhas que possui. Disse pra eu não ficar comentando com as outras, me abraçou, agradeceu e saiu. (Caderno de campo, janeiro de 2018)

Naquele dia, quando fui embora, pedi que a assistente social levasse um dos pacotinhos de absorvente destinadas ao pavilhão feminino para Britney. Nem expliquei nada, mas entendi que ela já sabia. Por muitos dias esse momento não me saiu da cabeça. As provocações de Natália Padovani (2015), que citei no diário de campo, diziam

respeito à história do “miolo de pão”, construída como “calamidade comum”: o caso de uma mulher que passou dias detida em uma cela de castigo menstruada e fazendo uso de miolo de pão como absorvente higiênico. Tal caso produziu uma narrativa de vulnerabilidade amplamente acionada pelos agentes das “ações humanitárias” voltadas para o campo das prisões femininas, e impulsionou diversas campanhas de doação de absorventes. Como afirma a autora, mais do que uma realidade ou uma questão central na vida das pessoas presas em penitenciárias femininas, *o miolo de pão* tornou-se um jargão, uma generalização, um argumento político utilizado largamente por parte das pessoas interessadas na produção das “mulheres presas” como sujeitos de uma população vulnerável. Ainda que decorra de um acontecimento real, uma situação de tortura, quando agenciado de forma descontextualizada, lança todo o foco para o “miolo de pão” e a ausência de absorventes, e joga sombra para tantas outras situações de castigo e violações de direitos que ocorrem nas prisões.

Essa foi uma das narrativas de violência sexual mais explícitas que ouvi durante o trabalho de campo, e, por um momento, o estupro deixou o lugar de ausência sempre presente (Veiga, 2018) no qual eu o havia colocado e tornou-se escancarado. Impossível não pensar na repetição exaustiva da fala de Vitória Rios e seus 21 estupros em uma cela, e nos seus usos políticos preocupados em produzir calamidades que recaem sobre a animalização da masculinidade do “crime” e da vulnerabilidade dos percalços categorizados desde a feminilidade a ser protegida pelas paredes de um anexo. Paredes que, ao que tudo indica, acabam não logrando sua missão primordial de proteção da violência sexual. A espetacularização moralmente engajada de certos casos de violência sexual acaba atuando como uma forma estratégica de montar realidades corporais e legitimar políticas de governo (Rangel, 2018). A maneira como vulnerabilidade e consentimento, fragilidade e perigo eram articulados de forma aparentemente paradoxal revelaram que, na realidade, não há contradição entre a gestão dos “corpos exagerados” como elementos capsulares de risco e vulnerabilidade e os acionamentos dos Direitos Humanos por essas práticas de gestão. Antes, são práticas complementares de governo que operam a produção de corpos e espaços precisamente por meio da aparente contradição.

Considerações Finais

O desfecho da “crise nas alas” desenrolou-se da seguinte maneira: não tendo encontrado solução simples para a situação dos espaços LGBTs mas alegando a necessidade de “apaziguar” o local, os administradores da instituição transferiram alguns dos *héteros*. As práticas de transferência e distribuição de presos no sistema penitenciário são muito pouco transparentes, e no caso não foi diferente: alguns dos *homens* foram retirados da ala, enquanto outros permaneceram. E essas decisões foram tomadas a partir de critérios que me pareceram muito pouco palpáveis. O primeiro deles era o grau de envolvimento com *gangs* e facções criminosas (foram citadas, principalmente, o Primeiro Comando Mineiro e o Paz Justiça e Liberdade). No entanto, o grau de ligação dos detentos com essas organizações parecia muito difícil de precisar e era construído, sobretudo, em torno de rumores e acusações. O segundo critério – esse de permanência – era a manutenção de relações conjugais que fossem vistas realmente como *casamentos* pelos funcionários. E o ganho de status matrimonial dessas relações pareceu estar ancorado na valorização da monogamia, demonstração pública de romantismo e afeto, na extensão da relação e, principalmente, no cotidiano doméstico marcado por papéis de gênero estereotipados. O *marido* de Janaína andava de mãos dadas com ela e esse foi um argumento apontado para sua manutenção na ala. Essa situação indica, como sugere Judith Butler (2003), a dádiva ambivalente na qual a legitimação do Estado pode se transformar, já que

ser legitimado é aceitar os termos de legitimação oferecidos e descobrir que o senso público e reconhecível da pessoalidade é fundamentalmente dependente do léxico dessa legitimação. Dessa forma, a delimitação da legitimação ocorrerá somente através de uma exclusão de certo tipo, embora não evidentemente dialética. A esfera da aliança íntima legítima é estabelecida graças a produção e intensificação de zonas de ilegitimidade. (2003: pág.226)

Essas zonas de ilegitimidade recaíram, especialmente, nas relações que envolvem o que era considerado pelos agentes institucionais como prostituição ou promiscuidade. Trocas sexuais, afetivas e econômicas se misturam de maneiras diversas na prisão, de maneira que é difícil, até para as pessoas envolvidas, classificarem categoricamente quando se trata de trabalho sexual, *ajuda*, *agrado*, *casamento* ou *vício*. Contudo, o revestimento generificado, romântico e conjugal de certas relações parecia assegurar aos

administradores penitenciários e aos agentes de segurança que eles estavam cumprindo suas funções, garantindo que “cadeia não é motel”, como repetiram algumas vezes.

É importante pontuar que as próprias *bichas* também estavam engajadas nessa gestão institucional da superlotação, criando critérios de permanência e colaborando com as decisões da administração. “*Se chegou aqui, passou uma semana e não demonstrou interesse em relacionar com ninguém é porque é oportunista, não tem nem que estar aqui. Ontem mesmo falei de um ocó que nem falava com as bicha pra um agente e já tiraram ele.*”, me contou Janaína. É possível perceber que o gerenciamento das prisões é pautado por ambivalências de diferentes tipos de assistência e repressão, cuidado e vigilância, direito e regulação. Se, por um lado, os atores da administração prisional pareciam mais preocupados em definir os *casamentos* e relacionamentos “de verdade” em oposição à “bagunça” e à “libertinagem”, os membros da Secretaria de Direitos Humanos traziam discursos que transformavam as travestis automaticamente em vítimas passivas de um sistema de exploração e dominação masculina, sem formas de agência e negociação possíveis nas relações que envolviam trocas sexuais. Assim, a “crise penitenciária” é como uma ponte para a elaboração analítica de como a produção dos pleitos dos movimentos sociais e das produções políticas desde o âmbito da governamentalidade encontram e tencionam temáticas inerentes aos aparelhos prisionais.

Sergio Carrara (2015) afirma a necessidade de discutir a natureza complexa e heterogênea dos modos de regulação das práticas erótico-sexuais e das expressões de gênero, uma vez que tais modos se consolidam a partir do enfrentamento ou da coalizão de diferentes atores ou forças sociais e refletem representações sociais de natureza muito diversa. Nessa perspectiva, interpelar simultaneamente múltiplas dimensões da gestão social do erótico e do sexual significa explorar a coexistência, por vezes conflitiva, de distintos e muitas vezes contraditórios estilos de regulação moral, compreendidos aqui como conjuntos singulares de técnicas de produção de sujeitos, ou seja, de pessoas dotadas de certa concepção de si e de certa corporalidade (p.325). A partir disso, pensar sobre políticas e práticas da gestão penitenciária abre a possibilidade de abordar a própria noção foucaultiana do dispositivo da sexualidade, indagando sobre suas fissuras, tensões e horizontes de transformação. Para o autor, as reconfigurações do dispositivo da sexualidade incidiriam também na acomodação de fronteiras e limites, delineando

sujeitos de direitos ou vítimas a serem protegidas pelo Estado, e, ao mesmo tempo, redefinindo mecanismos de gestão, controle e criminalização das populações.

Assim, sexualidade e gênero aparecem como espaços privilegiados para regulação e gestão da vida dessas pessoas ao mesmo tempo em que se constituem como espaços privilegiados para articulações, negociações e agências. Conforme argumenta Padovani (2015), se a sexualidade é um dispositivo fundamental de gestão das populações, é também ferramenta de articulação na manutenção da vida. As redes que tramam trocas de afeto, sustento material e relações sexuais são constantemente tensionadas e articuladas perante assimetrias de poder e os agenciamentos possíveis. Assim, pensando com McClintock (2010), estamos tratando ao mesmo tempo de violência e poder, mas também de processos de produção de diferenças, fantasias e desejos.

Referências Bibliográficas

AGUIÃO, S. “Fazer-se no ‘Estado’: uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo”. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

BOLDRIN, G. “Monas, envolvidos e o crime: etnografia com Travestis e homossexuais em uma prisão paulista”. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2014.

BUTLER, J. “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”. Campinas: *Cadernos Pagu*, n.21, 2003.

CARRARA, S. L. “Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

DAS, V. “The signature of the state: the paradox of illegibility”. In DAS, V. & POOLE, D. *Anthropology in the margins of the state*. Oxford: James Currenry, 2004.

EFREM, R.

FASSIN, D. “Comment faire de la santé publique avec des mots. Une rhétorique à l’ouvre”. *Rupture, revue transdisciplinaire em santé*, v.7, n.1, 2000.

FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

FONSECA, C & MARICATO, G. “Criando comunidade: emoção, reconhecimento e depoimentos de sofrimento”. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 15 n. 2: p. 252-274, dez. 2013.

FRANÇA, I. L. “Refugiados LGBTI: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência”. (no prelo). Campinas: *Cadernos Pagu*, n.50, 2017.

GREGORI, M.F. & SILVA, C. *Meninos de rua e instituições*. São Paulo: Contexto, 2000.

LAGO, N. “Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão”. *Aracê Direitos Humanos em Revista*, Número 5, 2017.

LAGO, N. & ZAMBONI, M. “Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade”. Caxambu: 40º Encontro da ANPOCS, 2016.

LAMOUNIER, G. *Gêneros encarcerados: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais*. Dissertação (mestrado em Psicologia Social) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MALLART, F. *Cadeias Dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias dos jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014

MANALANSAN, M. F. “Servicing the world: Flexible Filipinos and the unsecured life”. In: Staiger, J., Cvetkovich, A. & Reynolds, A. (Eds.). *Political emotions*. New York, NY: Routledge, 2010.

MCCLINTOCK, A. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MOORE, H. “Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência”. Campinas: *Cadernos Pagu*, n. 14, 2000.

NADAI, L. “Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento

ao pudor”. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

PADOVANI, N. “Sobre casos e Casamentos: afetos e 'amores' através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona”, Tese (doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

_____. “No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital.”. Campinas: *Cadernos Pagu*, n.37, 2011.

_____. “Do bandido bananão ao miolo de pão: processos de produção de sofrimento e a violência da vulnerabilidade nas prisões femininas de São Paulo”. Campinas: Workshop Governo e Sofrimento, 2015.

PASSAMANI, G. “É ajuda, não é prostituição: sexualidade, envelhecimento e afeto entre pessoas com condutas homossexuais no Pantanal de Mato Grosso do Sul”. João Pessoa: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.

PELÚCIO, L. “Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti.” in *Cadernos Pagu*. Campinas, 2005.

PISCITELLI, A. Programas e ajuda: intercâmbios econômicos, sexuais e afetivos nos mercados globais do sexo. In. PISCITELLI et. al. *Circulações transnacionais: gênero, sexo, afetos e dinheiro*. Pagu/Unicamp, 2011.

RANGEL, E. “Defendendo o (in)defensável: estupro, luta antimanicomial e Estado.” Comunicação oral apresentada no *Workshop Prisões, Sexualidades, Gênero e Direitos: Desafios e Proposições das Pesquisas Contemporâneas*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2018.

RUI, T. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SANDER, V. “Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte”. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

_____. “O melhor lugar pra arrumar um marido: conjugalidades e afetos entre travestis em privação de liberdade”. Rio de Janeiro: Seminário Discente do Museu Nacional, 2016.

SOUZA LIMA, A. C. (org.). (2002). *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

VANCE, C. *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Ed. Routledge, New York, 1984.

VEIGA, C. “O caso do Maníaco Matador de Velhinhas: entre trâmites processuais e diferentes formas de narrar que enredam um crime em série”. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ZAMBONI, M. “O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário”. *Aracê Direitos Humanos em Revista*, Número 5, 2017.

ZELIZER, V. *The purchase of Intimacy*, Princeton University Press, 2005.